



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010574-31.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Sidnei Espurio**
 Requerido: **SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação na qual o autor pleiteia a indenização por danos materiais e morais, sob o fundamento de que, em 20 de setembro de 2014, teve sua casa invadida por água suja e contaminada, advinda de refluxo de esgoto, em razão do grande volume de chuva, danificando diversos móveis seus, tendo o local ficado impregnado pelo mau cheiro, não tendo obtido êxito em seu pleito administrativo. Argumenta que a responsabilidade do requerido é objetiva e, ainda que fosse considerada subjetiva, ocorreu o nexo causal entre a falta de manutenção da rede coletora de esgotos e os danos que suportou, sendo que, não obstante o mau cheiro, não pôde se desfazer de seus bens, pois não tem condições de adquirir novos, sem prejuízo de sua subsistência e de sua família.

Foi indeferida a antecipação da tutela.

O requerido apresentou contestação, alegando que efetivamente houve o refluxo, mas que decorreu de culpa exclusiva da vítima, sendo excluído o nexo causal. Sustenta que na casa do autor havia caixa de inspeção e válvula de retenção, mas esta não funcionou, pois estava danificada e permaneceu aberta, devido ao tempo de uso sem manutenção, tendo o autor instalado nova válvula. Aduz que não houve tempo hábil para se apreciar o pedido administrativo formulado, que foi suspenso diante do ajuizamento desta demanda, estando ausentes os pressupostos da responsabilidade civil. Questionou, ainda, o valor pleiteado a título de indenização.

O processo foi saneado, tendo sido deferida a prova pericial, cujo laudo foi juntado a fls. 134/135 e complementado a fls. 216/218.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

O pedido merece acolhimento.

O requerido confirmou o evento.

Quanto à alegação de que o problema decorreu do fato de que o havia caixa de inspeção e válvula de retenção, mas esta não funcionou, pois estava danificada e permaneceu aberta inexistência e de que era obrigação do autor, de acordo com a legislação, instalar válvula de retenção, o laudo pericial, fundamentado em dados técnicos e da legislação esclareceu o inverso, como se observa dos trechos em destaque:

(...) "- Artigo 8º do Decreto Estadual 12.342 de 1978:

As instalações prediais de água e esgotos, deverão seguir as normas e especificações da ABNT e aquelas adotadas pelas entidades responsáveis pelos sistemas, às quais caberá fiscalizar estas instalações, sem prejuízo, da fiscalização exercida pela autoridade sanitária.

*O artigo 8º é bastante claro quanto: "**deverão seguir as normas e especificações da ABNT**".*

As normas da ABNT correspondentes a redes de esgoto sanitário, predial e publica, são:

*- NBR 8160 - Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução - **Data 1.999.***

*- NBR 9648 - Estudo de concepção de sistemas de Esgotos Sanitários - **Data 1.986.***

*- NBR 9649 - Projeto de redes coletoras de esgoto - **Data 1986.***

*- NBR 568 - Projeto de interceptores de esgoto- **Data 1989.***

Das normas acima relacionadas são destacados.

***NBR 8160** Sistemas **prediais** de esgoto sanitário - Projeto e execução.*

1 Objetivo

Esta norma estabelece as exigências e recomendações relativas ao projeto, execução, ensaio e manutenção dos sistemas prediais de esgoto sanitário, para atenderem às exigências mínimas quanto à higiene, segurança e conforto dos usuários, tendo em vista



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

a qualidade destes sistemas.

3.10 - Coletor predial: Trecho de tubulação compreendido entre a última inserção de subcoletor, ramal de esgoto ou de descarga, ou caixa de inspeção geral e o coletor público ou sistema particular.

3.11 - Coletor público: Tubulação da rede coletora que recebe contribuição de esgoto dos coletores prediais em qualquer ponto ao longo do seu comprimento.

3.34 - Rede pública de esgoto sanitário: Conjunto de tubulações pertencentes ao sistema urbano de esgoto sanitário, **diretamente** controlado pela autoridade pública.

4.2.5.3 No coletor predial não devem existir **insersões** de quaisquer dispositivos ou embaços ao natural escoamento de despejos, tais como desconectores, fundo de caixas de inspeção de cota inferior à do perfil do coletor predial ou subcoletor, bolsas de tubulações dentro de caixas de inspeção, **sendo permitida a inserção de válvula de retenção de esgoto.**

NBR 9648 Estudo de concepção de sistemas de esgoto sanitário.

(...) "Todas as canalizações, com exceção dos emissários por recalque, que compõem o sistema de coleta de esgotos, coletores e interceptores, devem funcionar como condutos livres, isto é, submetidos a pressão atmosférica, portanto, escoando exclusivamente por ação da gravidade.

A lâmina líquida, ou altura do esgoto em escoamento dentro da canalização, não deverá ser superior a 75 % da secção de escoamento (para grandes diâmetros podendo chegar a 80 %), isso para as condições de fim de plano (normalmente considerada a saturação urbanística).

Respeitadas as condições de separação entre esgotos pluviais e sanitários, escoamento por gravidade submetido à pressão atmosférica e de lâmina líquida, o refluxo na rede coletora só poderá ocorrer por entupimento da mesma. Responsabilidade do serviço público.

No dia do evento ocorrido houve grande precipitação atmosférica. Se o sistema de coleta de esgotos, na rede coletora local, obedecesse a condição de separador absoluto o escoamento dos esgotos sanitários continuaria como conduto livre. Não foi o que aconteceu, o escoamento com contribuição de águas pluviais, passou de escoamento livre



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

para escoamento forçado, ou seja, submetido a uma pressão superior a atmosférica. Essa condição provoca o refluxo. Responsabilidade do serviço público.

Nas condições acima explicitadas o refluxo só pode ocorrer por obstrução da canalização, causada, principalmente, pela ausência de manutenção preventiva, ou por não obedecer a condição de separador absoluto. Problema de responsabilidade dos serviços públicos de coleta de esgotos sanitários e Prefeituras. (...)

(...) Em análise ao que foi exposto, fica evidente que a chuva de grande precipitação, ocorrida, foi a causadora do refluxo de esgotos ao imóvel ocupado pelo requerente, exclusivamente, pelo não cumprimento das normas afins parte pelo SAAE e muito mais pela Prefeitura Municipal (...)

Constatou, ainda, que os danos são os referidos nas fotos e, para os reparos necessários, considerando pintura e colocação da válvula adequada, haveria um custo total de R\$ 1722,00.

Já para o ressarcimento do estrago total dos móveis haveria um custo total de R\$ 2622,00, sendo o total do ressarcimento o valor de R\$ 4.344,00.

Assim, não há como se atribuir responsabilidade ao autor pelo evento, mas sim ao serviço público, sendo, portanto, devido o ressarcimento pleiteado.

A legislação destacada deixa claro que o autor não tinha obrigação de ter feito a instalação da válvula, que passou a ser obrigatória somente em 2005.

Trata-se de relação de consumo e cabia ao requerido demonstrar que atuou de maneira eficiente, o que não se verificou. A responsabilidade, no caso, é objetiva (art. 37, § 6º da CF), bastando a prova do dano e do nexo causal.

Quanto aos danos materiais, estão comprovados pelas fotos e pelo laudo pericial, no qual se juntou orçamento para a reparação total.

Ressalte-se, apenas, que o laudo pericial orçou o valor necessário para a colocação da válvula, só que este serviço é de responsabilidade do autor, devendo referida quantia ser descontada do laudo.

Já os danos morais, patente a sua ocorrência, pois certamente o autor ficou abalado emocionalmente ao encontrar seu imóvel tomado por fezes e água fétida, que danificaram a suas paredes e móveis, tendo a sua rotina alterada, ocasionando degradação na habitação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No que pertine ao valor da indenização, visando ao seu caráter punitivo e compensatório, a fim de proporcionar à vítima uma contrapartida pelo mau e aflição suportados, razoável o seu arbitramento em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e **PROCEDENTE** pedido, para o fim de condenar o SAAE a indenizar o autor na quantia de R\$ R\$ 4.072,00 (quatro mil e setenta e dois reais), corrigida desde a data do laudo pericial, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E e juros moratórios, que corresponderão aos juros incidentes sobre a caderneta de poupança, nos termos da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, pelo E. STF, na ADIN 4.357, em 25/03/2015.

O condeno, ainda, ao pagamento da quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, com correção monetária a partir desta data, a teor do que prescreve a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E e juros moratórios, que corresponderão aos juros incidentes sobre a caderneta de poupança, nos termos da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, pelo E. STF, na ADIN 4.357, em 25/03/2015, a partir do evento danoso (20 de setembro de 2014), conforme Súmula 54 do C. STJ.

Diante da sucumbência, arcará o requerido com os honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação, sendo isento de custas, na forma da lei

P I

São Carlos, 06 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**